

NOTAS ECONÓMICAS 11

JOÃO SOUSA ANDRADE DEMANDE DE MONNAIE ET ÉQUILIBRE MONÉTAIRE

J. ROMERO MAGALHÃES SENTIMENTO EUROPEU E MOEDA ÚNICA

ALZIRA MARQUES / JOÃO LISBOA UTILIZAÇÃO DA TIPOLOGIA PORTERIANA NA DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA DO SECTOR CRISTALEIRO PORTUGUÊS

MARIA ANTONINA LIMA REGIONALISATION, GLOBALISATION AND THE EMERGING WORL ECONOMY: THE WORLD TRADE ORGANIZATION, THE REGIONAL INTEGRATION AGREEMENTS AND THE EUROPEAN UNION

OCTÁVIO FIGUEIREDO GONÇALVES CONVERGÊNCIA REAL NO LONGO PRAZO DA ECONOMIA PORTUGUESA

DANIEL MURTA O MERCADO PORTUGUÊS DOS JORNAIS DESPORTIVOS

EUGÉNIA MARTA / NUNO VALÉRIO DÍVIDA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL (1820-1914)

JOSÉ REIS O INSTITUCIONALISMO ECONÓMICO: CRÓNICA SOBRE OS SABERES DA ECONOMIA

ABEL FERNANDES ANÁLISE SUMÁRIA DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO DO ESCUDO (1960-1994)

CARLOS MATOSO FILIPE CONTRIBUINTES LÍQUIDOS, BENEFICIÁRIOS LÍQUIDOS E TROCAS INTRACOMUNITÁRIAS

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE ANTÓNIO SIMÕES LOPES

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Contribuintes Líquidos, Beneficiários Líquidos e Trocas Intracomunitárias

Carlos Matoso Filipe Comissão Europeia

«Diz-me V^o. M.cê que está lastimoso o comércio do Reino, porque as nossas mercadorias, por falta de valor, não têm saca, e os estrangeiros, para se pagarem das que metem no Reino, levam o dinheiro.»

Duarte Ribeiro de Macedo, *Sobre a Introdução das Artes*, 1675

1 — Introdução*

Muito se tem falado, nestes últimos tempos, de contribuintes e de beneficiários líquidos do orçamento comunitário. Uma leitura das perguntas escritas feitas à Comissão Europeia permite verificar que este tema apraz igualmente a alguns dos deputados em funções no Parlamento Europeu. A Comissão, compreensivelmente, esquiva-se a fornecer dados que possam dar azo a interpretações mais ou menos apressadas sobre uma questão que não se pode resumir à mera contabilização do que cada um dos Estados-membros paga e recebe do orçamento comunitário. Não abordando as dificuldades levantadas pela afectação a cada um dos Estados-membros das receitas e despesas orçamentais, será útil reter a resposta que o Comissário Liikanen, responsável pelo orçamento comunitário, deu sobre esta matéria ao deputado europeu Stephen Hughes: «*No seio da União Europeia, os Estados-membros trabalham conjuntamente para alcançar objectivos económicos e políticos, beneficiando, sob formas diversas, dos progressos alcançados pela União, visíveis nomeadamente, no aumento do nível de vida e numa estabilidade económica e política acrescidas. O orçamento não é pois representativo do conjunto das vantagens que cada um dos Estados-membros pode tirar da União*»¹.

A relutância da Comissão em fornecer números sobre as transferências entre o

orçamento comunitário e os orçamentos dos Estados-membros não é, contudo, um obstáculo intransponível para quem queira fazer uma análise «contabilística» desta questão. O próprio Comissário Liikanen, na resposta atrás referida, indica qual o caminho a seguir: «*O Tribunal de Contas [Europeu] publica, no quadro dos seus relatórios anuais — e sob a sua própria responsabilidade — uma repartição dos pagamentos e das despesas por Estado-membro*»². Este trabalho baseia-se, em grande parte, nesses dados.

Numa primeira etapa recolheram-se, a partir dos relatórios do Tribunal de Contas, os dados referentes aos «recursos próprios efectivos»³ por Estado-membro durante o período de 1986 a 1993. Os recursos próprios efectivos compreendem os direitos niveladores agrícolas, as quotizações do açúcar e isogluçose, os direitos aduaneiros, os recursos provenientes do IVA cobrado a nível nacional e os recursos pagos em função do Produto Nacional Bruto de cada um dos Estados-membros. De referir que os três primeiros recursos foram deduzidos das despesas suportadas pelos Estados-membros na cobrança por conta da União Europeia dos montantes devidos. Paralelamente, compilaram-se os dados referentes aos pagamentos anuais efectuados pela Comissão aos Estados-membros. Dada a dificuldade em repartir por Estado-membro um certo número de despesas (como as relacionadas com a investigação, por exemplo), os pagamentos tomados em consideração nesta análise não representam mais do que cerca de 86% dos pagamentos totais efectuados pela Comissão. Assim, os dados referentes aos pagamentos efectuados pela Comissão, sobre os quais se fundamenta este artigo, não representam uma fotografia nítida da realidade. Contudo, tudo leva a crer que a distorção subjacente à análise da repartição dos créditos entre os Estados-membros subestima os benefícios

* As opiniões emitidas neste artigo exprimem o ponto de vista do autor e não, necessariamente, o da Comissão.

¹ Questão escrita E-1958/095 in JOCE C 326 de 6/12/1995, p. 15.

² *Idem*.

³ Os «recursos próprios efectivos» são os recursos próprios cobrados durante o exercício.

que revertem a favor dos países contribuintes líquidos na medida em que os pagamentos não repartidos — nomeadamente despesas de investigação — lhes são, em grande medida, destinados. Este facto deverá, assim, ser levado em consideração quando se lerem os números constantes deste texto. Os pagamentos atrás referidos dizem respeito ao FEOGA-Garantia, aos Fundos Estruturais (FEDER, FSE, FEOGA-Orientação), à Pesca, aos reembolsos efectuados aos Estados-membros e a outros pagamentos relacionados, nomeadamente, com as despesas de funcionamento que lhes podem ser imputadas.

A fim de avaliar da importância relativa destes movimentos financeiros, o saldo das transferências⁴ foi comparado com o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado e com a população de cada um dos países. As «Estatísticas de Base da União Europeia», publicadas anualmente pelo Serviço de Estatística da União Europeia (Eurostat), foram a fonte donde se retiraram os dados referentes a estes dois indicadores. Numa segunda fase, fez-se uma comparação da evolução do saldo comercial⁵ entre os países da coesão (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), os países contribuintes líquidos (Alemanha, Reino Unido, França e Itália) e a Europa dos Doze. Posteriormente, comparou-se a evolução das transferências do orçamento comunitário para os orçamentos de Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia com a trajectória seguida pelo saldo comercial destes países com a Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Deste modo, pretendeu-se verificar em que medida os contribuintes líquidos conseguiram recuperar pelas trocas comerciais o «investimento» feito nos países da coesão através da sua contribuição para o orçamento comunitário. Os dados sobre as trocas intracomunitárias foram igualmente retirados das estatísticas publicadas pelo Eurostat.

4 Recursos próprios pagos pelos Estados-membros menos pagamentos efectuados pela Comissão aos Estados-membros.

5 Exportações menos importações de mercadorias.

2. Distribuição Temporal dos Fundos Recebidos e Pagos

2. 1. Evolução Geral

Em 1986, a Bélgica, a Alemanha, a França, a Itália, o Luxemburgo e o Reino Unido pagavam mais para orçamento comunitário do que recebiam dele. Em termos absolutos, a contribuição líquida da Alemanha era superior, em cerca de 47%, ao somatório das contribuições líquidas dos outros países pagadores⁶. Em termos relativos, o maior esforço era, todavia, feito pelo Luxemburgo que fez pagar a cada cidadão cerca de 161 ecus (aproximadamente 31 contos, às taxas de Janeiro de 1997⁷), afectando ao orçamento comunitário, em termos líquidos, cerca de 1,2% do seu PIB. Dos países pagadores, a Itália era aquele que menos recursos transferia para os países recebedores: cerca de 3 ecus por habitante e 0,03% do seu PIB.

A partir de 1991, a Bélgica e o Luxemburgo deixam de ser contribuintes líquidos devido à tomada em consideração, doravante, na contabilização dos pagamentos feitos pelo orçamento comunitário das despesas de funcionamento das Instituições Comunitárias nesses países. Inversamente, a partir dessa data, os Países Baixos passam a ser contribuintes líquidos, curiosamente com uma «taxa de esforço» (em termos de PIB e contribuição líquida *per capita*) superior à de países como a França, a Itália ou o Reino Unido.

No final do período em análise (1993), o grande contribuinte líquido continuava a ser a Alemanha, a uma grande distância dos outros países pagadores líquidos e isto apesar da integração em 1990 dos Länder da ex-Alemanha de Leste na República Federal.

De 1986 a 1993, o total da contribuição líquida da Alemanha era superior em cerca de 42%

6 Ver os *Relatórios do Tribunal de Contas* publicados nos JOCE C312 de 12/12/89, C324 de 13/12/91, C330 de 15/12/92, C309 de 16/11/93, C327 de 24/11/94 e C326 de 6/12/95 assim como as *Estatísticas de Base da Comunidade*, edições 26, 27, 29, 30, 31 e 32. O gráfico 1 ilustra o total dos pagamentos, recebimentos e saldos por Estado-membro durante o mesmo período.

7 De acordo com a cotação fixada pelos serviços da Comissão, um ecu valia 195\$85, em 1/01/1997.





ao somatório da contribuição líquida dos outros Estados-membros pagadores (Bélgica, França, Itália e Reino Unido).

Dinamarca, Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal foram os países que, ao longo dos anos em análise, mantiveram de uma forma consistente um saldo a seu favor, sendo a Grécia (seguido de bastante perto pela Irlanda) aquele que, em valores absolutos, mais recebeu do orçamento comunitário e a Dinamarca aquele que menos recebeu. A Itália regista, em 1987 e 1988, pequenos saldos a seu favor, os Países Baixos são «receptores» até 1990 e a Bélgica e o Luxemburgo «revertem» a situação a seu favor a partir de 1991.

Em 1986, a Irlanda recebia 347 ecus por habitante e a Dinamarca 82 ecus. A Espanha e Portugal, recém chegados à Comunidade, recebiam respectivamente 2,5 ecus e um pouco menos de 22. Nesse ano, a Irlanda era o país que, em percentagem do PIB, mais recebia do orçamento comunitário (4,8%) e a Espanha aquele que menos recebia (0,04%).

Em 1993, os irlandeses continuavam a ser aqueles que mais recebiam do orçamento comunitário (665 ecus por habitante e transferências correspondendo a 5,87% do seu PIB). A Espanha tinha entretanto cedido o lugar de «menor dos receptores» à Bélgica, recém-chegada ao grupo dos «países receptores líquidos» (6 ecus *per capita* e 0,03% do PIB).

2. 2. Os Contribuintes Líquidos

De 1986 a 1993, de acordo com os dados recolhidos, os países que, em valores absolutos e em termos cumulativos, pagaram mais do que receberam do orçamento comunitário foram, por ordem de grandeza, a Alemanha com 57 097 milhões de ecus (mecus), o Reino Unido com 19 036 mecus, a França com 12 592 mecus, a Itália com 5 270 mecus e a Bélgica com 3 252 mecus. Curiosamente, a Dinamarca, os Países Baixos e o Luxemburgo, países com um PIB *per capita* mais elevado que o Reino Unido ou a Itália, não transferiram verbas dos seus orçamentos para o orçamento comunitário, tendo o Luxemburgo, por exemplo, recebido proporcionalmente mais que a Espanha, um dos países ditos da coesão.

Tendo em conta a média da população durante o período em análise, a Alemanha pagou para o orçamento comunitário, de 1986 a 1993, o equivalente a 782 ecus por habitante. Este facto é impressionante se nos lembrarmos do esforço financeiro feito pela República Federal da Alemanha com a integração, a partir de 1990, da Ex-Alemanha de Leste. Esse esforço é sobretudo visível em 1990, ano em que a contribuição de cada alemão para o orçamento comunitário desceu para 70 ecus, depois de ter sido de 99 ecus em 1988. No entanto, em 1991, essa contribuição já era de 110 ecus não deixando de subir nos anos seguintes. 1990 representa, depois de 1986, o ano em que o saldo das transferências alemãs, quando comparadas com o PIB, atinge um dos valores mais baixos: 0,47% do PIB (0,41% em 1986). Contudo, em 1993, elas já representavam 0,73% do PIB.

O país que, a seguir, mais contribuiu para o orçamento comunitário foi o Reino Unido que fez «pagar», de 1986 a 1993, a cada cidadão um total de 331 ecus. Em 1993 as transferências do orçamento britânico para o comunitário representavam 0,39% do seu PIB, depois de ter passado por um máximo de 0,44% em 1987, 1989 e 1990 e por um mínimo de 0,08% em 1991.

A França, depois de ter transferido verbas correspondentes a 0,08% do seu PIB em 1986 e 1987, passou em 1989 para 0,34% descendo em 1993 para 0,10%. De 1986 a 1993 cada francês teria pago para a Comunidade um total de cerca de 222 ecus.

Por sua vez, cada italiano, no mesmo período, teria contribuído com um total de 92 ecus, representando o esforço de todos 0,18% do PIB em 1993. Entre 1987 e 1988 a Itália conseguiu, momentaneamente, inverter o sentido das transferências voltando, nos anos posteriores, a contribuir em termos líquidos para a Comunidade.

2. 3. Os Países da Coesão

Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha foram, como referimos, os países comunitários que registaram um saldo positivo mais significativo entre o que pagaram e o que receberam da Comunidade. Mas que peso tiveram esses saldos nas economias respectivas e que representam quando comparados entre si?



Antes, contudo, deverá ser feita uma chamada de atenção sobre os dados referentes à Espanha. É que, se a integralidade do território dos outros três países é considerado como pertencendo às regiões de «objectivo 1»⁸, o mesmo já não se passa com o território espanhol. Com efeito, as Regiões de Madrid, Cantábria, País Basco, Navarra, Rioja, Aragão, Catalunha e Baleares foram classificadas fora desse «objectivo» não podendo, por isso, beneficiar das ajudas financeiras mais vantajosas concedidas a título do «objectivo 1». Assim, se a comparação entre os dados referentes às transferências para Portugal, Grécia e Irlanda pode ser feita imediatamente, uma vez que todo o país é considerado «menos favorecido», já a comparação entre os dados respeitantes a estes países e a Espanha deverá ter em conta o facto da intensidade dos volumes transferidos para este último Estado-membro ser atenuada pela coexistência, no todo nacional, de regiões «mais e menos favorecidas». Não será assim de estranhar que as transferências da Comunidade para Espanha sejam proporcionalmente menores quando comparadas com as dos outros países da coesão.

Em 1986, a Grécia e a Irlanda eram os países que mais recebiam do orçamento comunitário. Em termos relativos era no entanto a Irlanda quem mais recebia por habitante e em percentagem do PIB. Nesse ano, Portugal recebeu um pouco menos de 22 ecus por habitante e a Espanha 2,5 ecus, contra 128 ecus recebidos pela Grécia e 348 ecus pela Irlanda. As transferências para Portugal representavam 0,73% e para Espanha 0,04% dos respectivos produtos, enquanto pesavam 3,19% do PIB grego e 4,82% do PIB irlandês.

Como evoluiu esta situação até 1993? Todos os quatro países viram aumentar o saldo a seu favor. Portugal passou de um saldo de

219 mecus em 1986, para 2 508 mecus em 1993; a Espanha de 95 para 3 090 mecus; a Irlanda de 1 230 para 2 372 mecus; a Grécia de 1 273 para 4 137 mecus. A Espanha foi, assim, o país que viu o saldo positivo com a Comunidade crescer mais rapidamente (um pouco mais de 32 vezes) seguido de Portugal (cerca de 11 vezes).

Em termos cumulativos, de 1986 a 1993, Portugal teria recebido 8 545 mecus, a Espanha 12 917 mecus, a Irlanda 13 593 mecus e a Grécia 19 468 mecus. Tendo em conta a média da população, cada espanhol teria recebido 332 ecus, cada português 854 ecus, cada grego 1 917 ecus e cada irlandês 3 842 ecus. Em 1993, as transferências do orçamento comunitário representavam 0,76% do PIB espanhol, 3,47% do PIB português (valor mais elevado de 1986 a 1993), 5,39% do PIB grego (também o valor mais elevado dos oito anos) e 5,87% do PIB irlandês (depois de ter representado 6,42% em 1991).

2. 4. Fundos Estruturais e FEOGA-Garantia

Quem siga, através dos meios de comunicação social, os assuntos relacionados com as transferências do orçamento comunitário para os países da coesão, não deixará de estranhar, ao ler este artigo, a presença de países como a Dinamarca, os Países Baixos ou o Luxemburgo entre os Estados-membros recebedores de fundos, ou as disparidades entre o que Portugal, a Grécia e a Irlanda receberam, em valores absolutos e relativos, do orçamento comunitário. Uma das explicações para isto reside no facto de, geralmente, apenas se falar das transferências respeitantes aos Fundos Estruturais, negligenciando ou ignorando as transferências referentes ao FEOGA-Garantia, Fundo que, em 1993, ainda representava cerca de 54% dos pagamentos comunitários.

A repartição das despesas de funcionamento das Instituições Comunitárias pelos Estados membros já referida, explica, em grande medida, a situação do Luxemburgo e da Bélgica. O facto de todos os países não terem aderido à Comunidade ao mesmo tempo, obrigando os «retardatários» a partilhar políticas que não se fizeram a pensar neles (como a Política Agrícola Comum, por exemplo) contribuirá também para explicar

8 Uma região é classificada de objectivo 1 quando o seu PIB por habitante é inferior a 75% da média comunitária. No período de 1989 a 1993 eram as seguintes as regiões de objectivo 1: Portugal, Grécia e Irlanda (totalidade do território), Espanha e Itália (parte do território), França (Domínios do Ultramar e Córsega), Reino Unido (Irlanda do Norte) e, a partir de 1991, Alemanha (ex-Alemanha do Leste).



algumas dessas diferenças. A componente política, subjacente a todas as negociações orçamentais, explicará, certamente, aquilo que não se consegue explicar através da simples análise estatística.

Debrucemo-nos então um pouco sobre os pagamentos feitos pelo FEOGA-Garantia e analisemos, separadamente, os pagamentos feitos pelos Fundos Estruturais e pelo FEOGA-Garantia a cada um dos países da coesão.

Em valores absolutos, de 1986 a 1993, foi a Espanha o país que mais recebeu, tanto no que diz respeito aos Fundos Estruturais, como ao FEOGA-Garantia. Nada de estranho neste facto visto tratar-se do maior dos quatro países. Contudo, quando se analisa quanto coube, em média, a cada um dos cidadãos dos países em questão, verifica-se que, no que diz respeito aos Fundos Estruturais, foram os irlandeses os que mais receberam (187,4 ecus), seguidos pelos portugueses (115,1 ecus) e pelos gregos (100,6 ecus). Os espanhóis vêm em último lugar com cerca de 56 ecus, o que não é de estranhar tendo em conta a cobertura parcial do seu território pelo «objectivo 1». A análise das transferências feitas pelo FEOGA-Garantia faz, contudo, alterar esta ordem: os portugueses passam para o último lugar com um pouco menos de 25 ecus, continuando a primeira posição a ser detida pelos irlandeses com 366 ecus, seguida dos gregos com 183 ecus e dos espanhóis com um pouco menos de 57 ecus. Em termos globais, os campeões das transferências a seu favor foram os irlandeses com recebimentos equivalentes quase ao dobro dos «encaixados» pelos gregos e quase ao quádruplo dos portugueses. As transferências do FEOGA-Garantia potenciaram assim o saldo positivo da Irlanda e da Grécia para com a Comunidade, deixando a léguas de distância os países da coesão recém-chegados (ver quadro I e gráfico 2).

Sem tentar aprofundar as razões pelas quais se verificam tais disparidades nos pagamentos feitos pelo FEOGA-Garantia à Irlanda, à Grécia e a Portugal, parece-nos contudo que este assunto merece um pequeno e rápido desvio que nos permita comparar, ainda que

de forma fugaz, a estrutura da produção agrícola destes países.

Se repararmos no peso dos produtos (agrupados por sectores) na produção final da agricultura em 1990, verificamos que os irlandeses tinham a sua produção concentrada na carne e nos produtos lácteos (48,5% e 32,4% da produção final, respectivamente). Nos países do Sul, esses mesmos sectores representavam 18,3% e 9,7% da produção grega, 30,2% e 9,1% da produção espanhola e 45,4% e 12% da produção portuguesa (aqui com um peso significativo — 10,1% — na produção de aves e de ovos). Excluindo o sector da carne que, em Portugal e Espanha, detinha um peso considerável, eram sobretudo os sectores das frutas, produtos hortícolas e cereais (arroz incluído) os que mais contribuíam para a produção final agrícola dos países do Sul, ainda que de uma forma não tão concentrada quanto a que se verificava na agricultura irlandesa com a carne e os produtos lácteos⁹. Em 1992, a situação não diferia grandemente da descrita anteriormente a não ser no facto do sector das carnes aumentar ainda mais o seu peso na produção final irlandesa (passando de 48,5% para 52,5%) e de diminuir na produção final portuguesa (passando de 45,4% para 38,5%). Um decréscimo no sector dos cereais em Portugal era igualmente constatável (diminuição de 10,8% para 5,2%)¹⁰.

Verifica-se, assim, que os sectores que maior peso têm nos gastos do FEOGA-Garantia são precisamente aqueles que mais contribuem para a produção agrícola dos países não mediterrânicos (não incluindo nesta classificação a França e a Itália, países com uma produção agrícola «mista»). São eles os sectores das matérias gordas e proteaginosas, dos produtos lácteos, das carnes e dos cereais, que representavam cerca de 76% dos pagamentos feitos por esse Fundo em 1990 e

9 *A situação da agricultura na Comunidade - Relatório 1991*, Comissão das Comunidades Europeias, 1992, p. T22-23.

10 *La situation de l'agriculture dans la Communauté - Rapport 1993*, Commission européenne, 1994, p. T24-25.), Espanha e Itália (parte do território), França (Domínios do Ultramar e Córsega), Reino Unido (Irlanda do Norte) e, a partir de 1991, Alemanha (ex-Alemanha do Leste).

73% em 1992. Os grandes beneficiários das ajudas pagas a estes sectores foram a Alemanha, a França, a Itália, os Países Baixos e também a Irlanda que, no sector das carnes por exemplo, foi o país que mais recebeu do FEOGA-Garantia nos anos de 1990 e 1993¹¹.

De aqui se pode concluir que, em termos genéricos, os países contribuintes líquidos conseguiram recuperar parte da sua contribuição através dos subsídios comunitários à sua agricultura e dois dos países da coesão (Irlanda e Grécia, mas sobretudo o primeiro) potenciaram os fundos recebidos através dos Fundos Estruturais mediante as transferências feitas pelo FEOGA-Garantia.

3. As Trocas Comerciais Intracomunitárias

3. 1. Evolução Temporal e Tendências

Uma análise das trocas comerciais entre os países considerados geralmente como recebedores e contribuintes líquidos do orçamento comunitário¹², durante o período que medeia entre 1986 a 1993, mostra que, dos oito países, apenas dois — a Alemanha e a Irlanda — conseguiram manter saldos comerciais positivos com a Comunidade considerada no seu conjunto¹³. Todos os outros, Portugal incluído, registaram de uma forma mais ou menos consistente, saldos comerciais negativos.

Em Portugal, Espanha e Grécia verificaram-se saldos negativos sucessivamente crescentes de 1986 a 1992. Em 1993, o défice comercial melhorou ligeiramente em Portugal e Espanha, coisa que não aconteceu com a Grécia. A França, a Itália e o Reino Unido registaram défices comerciais crescentes até 1990. Neste ano, a tendência inverteu-se, sobretudo no Reino Unido que era, dos três países, o que maior défice tinha para com a Comunidade. Contudo, os saldos negativos persistem excepto em Itália que, em 1993,

deixa de escrever a vermelho os números do seu saldo comercial. A Alemanha obteve saldos positivos ao longo de todo o período, mas com uma fortíssima quebra em 1991 e 1992 (quase estagnação das exportações e forte incremento das importações certamente motivadas pela reunificação alemã). A Irlanda representa, neste conjunto de países, o caso mais digno de admiração: não só obtém, consistentemente, «superávits» comerciais com o conjunto dos seus parceiros comunitários, como os consegue aumentar de ano para ano. Contrariamente a todos os outros países referidos, a Irlanda (tal como o Reino Unido) consegue, apesar da recessão que atinge a Europa em 1992 e 1993, aumentar as exportações para os seus parceiros comerciais.

3. 2. Saldo Comercial e Transferências Comunitárias

O gráfico 3 coloca frente a frente os recebimentos líquidos e o saldo comercial dos países da coesão. Este último indicador permitirá verificar da dimensão da abertura dos mercados destes países aos seus parceiros comunitários.

Portugal, apenas em 1986 consegue aproximar o seu défice comercial com a Comunidade das transferências líquidas que recebe do orçamento, representando estas cerca de metade do défice. Esta diferença não pára de aumentar até 1992, ano em que o saldo entre estes dois indicadores é superior, em cerca de treze vezes, ao registado em 1986, cobrindo as transferências apenas 35% do défice. O índice de cobertura do défice comercial pelas transferências comunitárias passa para 50% em 1993, por força da diminuição do défice e do aumento das transferências.

Em Espanha, a situação ainda é mais extremada. Em 1986, às transferências, pequenas, do orçamento comunitário a Espanha ainda consegue «somar» um saldo comercial positivo (ainda que exíguo). Contudo, em 1987, o défice comercial já representava cerca de cem vezes o parco superavit do ano anterior, não tendo aumentado as transferências senão cerca de três vezes. As transferências comunitárias, apesar de se verem multiplicadas por dez de

11 Ver os *Relatórios Anuais do Tribunal de Contas* referentes aos exercícios de 1989 a 1993.

12 Países da coesão e Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

13 Ver *Estatísticas de Base da Comunidade* publicadas pelo Eurostat, 26^a, 27^a, 29^a, 30^a, 31^a e 32^a edições. Os dados referentes a 1993 foram obtidos directamente junto do Eurostat.





1987 a 1992, não conseguem cobrir senão um quarto do défice comercial, o qual não pára de crescer até 1992, ano em que representa o triplo do défice registado em 1987. Em 1993 verifica-se igualmente uma diminuição da diferença entre o défice comercial (que diminui) e as transferências vindas da Comunidade (que continuam a crescer), passando as verbas provenientes da Comunidade a cobrir cerca de 51% do défice comercial.

Na Grécia, o aumento das transferências e a diminuição do défice comercial de 1986 a 1988 faz passar o índice de cobertura do défice pelas transferências de 46% para 68%. A partir deste ano, o défice comercial não pára de aumentar mas o crescimento das transferências faz com que, em 1993, elas ainda cubram cerca de 56% do défice comercial grego.

A Irlanda é, como já referimos anteriormente, um caso à parte visto que, não só consegue ter saldos comerciais positivos com os seus parceiros europeus, como, ao longo do período em análise e de forma líquida, obtém do orçamento comunitário mais fundos do que os que obtiveram Portugal ou a Espanha. Assim, ao passo que Portugal, Espanha e Grécia recebem mais do que pagam para o orçamento comunitário mas não conseguem evitar o impacto comercial negativo decorrente da abertura da suas fronteiras aos produtos europeus, a Irlanda consegue aliar ao facto de ser um «recebedor líquido» um excedente comercial com a Comunidade Europeia (ver gráfico 4). Há que não esquecer, contudo, que se estão a comparar dois Estados que aderiram à Comunidade Europeia em 1986, isto é no início do período em análise, com um outro (Irlanda) que já contava, nesse ano, com 13 anos de experiência na Comunidade.

Aprofundemos agora um pouco mais a análise e vejamos como evoluíram as trocas comerciais entre cada um dos países da coesão e os países que, como a Alemanha, o Reino Unido, a França e a Itália mais contribuíram de «forma líquida» para o orçamento comunitário durante o período em apreço.

Portugal teve, de 1986 a 1993, saldos comerciais negativos com a Alemanha, com a

França (excepção feita dos anos de 1987 e 1990) e com a Itália. Já com o Reino Unido obteve saldos comerciais positivos de 1986 a 1990 e negativos a partir dessa data, ainda que com tendência degressiva. A Espanha apresentava o mesmo perfil nas suas trocas comerciais: défices com a Alemanha, a França (ainda que com um efémero saldo positivo em 1987 e um quase equilíbrio em 1988) e Itália e saldos positivos de 1986 a 1989 e negativos nos anos seguintes com o Reino Unido, ainda que igualmente com tendência degressiva. Com excepção do ano de 1993, a tendência geral das trocas comerciais de Portugal e de Espanha era para o agravamento do seu défice comercial com os países contribuintes líquidos¹⁴. O mesmo se passou com a Grécia que registou sucessivos e maiores défices comerciais com todos os quatro países, com excepção de 1988, ano em que se verificou um quase equilíbrio entre as trocas comerciais gregas e inglesas. A Irlanda, pelo seu lado, apresenta um padrão de trocas comerciais diferente dos precedentes. Com efeito, este país regista um saldo comercial sistematicamente positivo com a Alemanha, a França e a Itália e negativo com o Reino Unido. A tendência geral das trocas comerciais era assim claramente favorável à Irlanda.

De uma forma agregada, como evoluíram as trocas entre cada um dos países contribuintes líquidos e os quatro países da coesão? Pois bem, a Alemanha registou sucessivos saldos positivos ainda que com tendência decrescente a partir de 1990; a França viu passar o seu saldo comercial, negativo até 1989, a positivo a partir de 1990; a Itália conseguiu manter mais ou menos constante o saldo a seu favor; o Reino Unido, depois de ver a balança comercial pender para o equilíbrio de 1986 a 1988, vê nos anos seguintes o seu saldo positivo aumentar significativamente.

Considerando as trocas comerciais de cada um dos países contribuintes líquidos com os quatro Estados da coesão durante o período

14 Não cabe no âmbito deste artigo verificar até que ponto a diminuição do défice comercial em 1993 representa um ponto de viragem na trajectória comercial destes dois países ou uma mera consequência da recessão europeia.



que vai de 1986 a 1993, verifica-se o seguinte: a Itália conseguiu «recuperar» integralmente — e ultrapassar em grande medida — a sua contribuição para o orçamento comunitário apenas com o seu comércio com os países da coesão (5 270 mecus de contribuição e 28 170 mecus de saldo comercial positivo); pelo seu lado, o Reino Unido e a Alemanha «apenas» conseguiram «recuperar», respectivamente, cerca de 67% e de 61 % da sua «contribuição líquida». Só os produtos franceses parecem ter tido alguma dificuldade em fazer-se impor nos mercados da coesão na medida em que a França apenas teria conseguido «recuperar», através das trocas com estes países, cerca de 17% da sua contribuição para o orçamento da Comunidade. No entanto, se se compararem os saldos negativos das balanças comerciais portuguesa, espanhola e grega com as contribuições da Alemanha, da França, da Itália e do Reino Unido, notar-se-á que o seu montante (agregado) é sensivelmente idêntico ao das contribuições líquidas destes países para o orçamento comunitário (92 260 contra 93 944 mecus respectivamente). Mais uma vez, a Irlanda aparece em nítida contraposição relativamente aos seus parceiros do «clube da coesão», não dando grande espaço à penetração no seu mercado de produtos provenientes dos países financiadores da Comunidade, conseguindo mesmo nestes quotas de mercado cada vez maiores (as suas importações aumentaram de 35% ao passo que as suas exportações cresceram de quase 80%).

4. Conclusão

A natureza limitada desta análise não permite, evidentemente, tecer considerações acerca das estratégias adoptadas pelos Estados-membros no que diz respeito às suas políticas de desenvolvimento e de integração europeia. O período em análise é demasiado curto para isso e limitado apenas a uma parte das relações comerciais. Haveria que analisar igualmente, por exemplo, as trocas comerciais entre Portugal e o resto do Mundo por um período de tempo mais longo (incluindo alguns anos anteriores à adesão) para se poderem tirar algumas conclusões acerca do real impacto da adesão europeia na balança comercial portuguesa. Interessante seria também estudar o impacto da política

comercial da Comunidade nas relações comerciais dos Estados-membros que, como a França e o Reino Unido, têm saldos comerciais negativos com a Comunidade. Com todos estes elementos poder-se-ia então ter uma visão mais clara das estratégias seguidas pelos Estados-membros da União Europeia.

Apesar destas limitações, esperamos ter dado uma pequena contribuição para que se enxergue um pouco para além da simples contabilização das transferências atinentes ao orçamento comunitário. Não se contesta a importância dessa contabilidade. Todavia, ela não pode dar, por si só, uma imagem fiel da complexidade das relações económicas e políticas que se tecem, no seio da União Europeia, entre os Estados-membros.

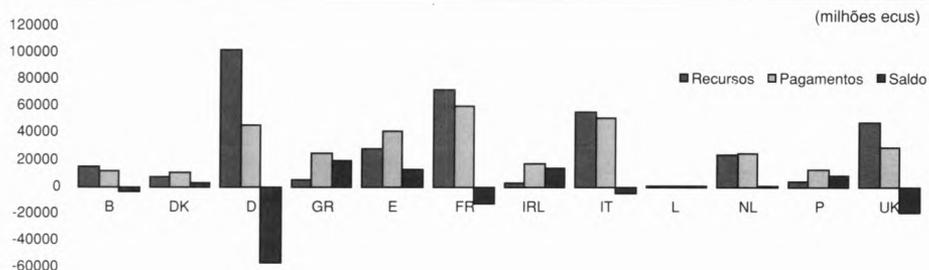
Não obstante, da análise efectuada conclui-se que, de 1986 a 1993, os países que mais contribuíram de forma líquida para o orçamento comunitário teriam conseguido recuperar a quase integralidade do investimento que constituiu essa contribuição apenas e simplesmente através das trocas comerciais com os três países mais pobres da coesão (Grécia, Portugal e Espanha). Dessa análise ressalta igualmente a integração «exemplar» conseguida pela Irlanda. Com efeito, este país teria conseguido obter não só transferências importantes do orçamento comunitário, como também, e contrariamente aos seus parceiros da coesão, saldos positivos da balança comercial com os seus parceiros europeus de maior peso económico.

Novos desafios à construção europeia se vislumbram no horizonte com a futura adesão dos países da Europa Central. Desafios que se colocarão ao nível institucional e ao nível da redistribuição regional dos fundos comunitários. Com níveis de desenvolvimento, na maior parte dos casos, bastante inferiores aos da Grécia, de Portugal ou da Espanha, será de esperar que num futuro já não muito longínquo o esforço financeiro da Comunidade se oriente do Sul para o Este europeu. Nesta perspectiva, a correcta aplicação dos fundos comunitários e a previsível reforma dos Fundos Estruturais e do FEOGA-Garantia têm especial importância para os três países mais pobres da coesão.



Usando a terminologia de António Sérgio, tempos houve em que, em Portugal, se privilegiaram as políticas de «Transporte» em detrimento das políticas de «Fixação». Assim foi que, do ouro vindo do Brasil, pouco mais restou, em Portugal, que o Mosteiro de Mafra. Que do dinheiro vindo da Europa reste algo mais que o Centro Cultural de Belém!

Gráfico 1
Totais por países



Quadro 1 — Média per capita (nos 8 anos): Recursos próprios pagos e Fundos (Estruturais e Garantia) recebidos

	1 Fundos	2 Garantia	3 1+2	4 Recursos	5 Saldo (ecu)
GR	100,6	182,8	283,4	62,0	221,4
E	55,9	56,5	112,4	91,7	20,7
IRL	187,4	366,0	553,4	114,1	439,3
P	115,1	24,2	139,3	55,5	83,8

Gráfico 2 — Média per capita (nos 8 anos): Recursos próprios pagos e Fundos (Estruturais e Garantia) recebidos

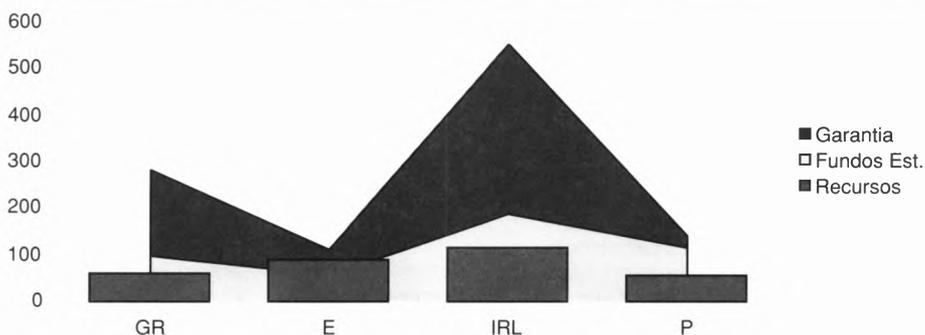
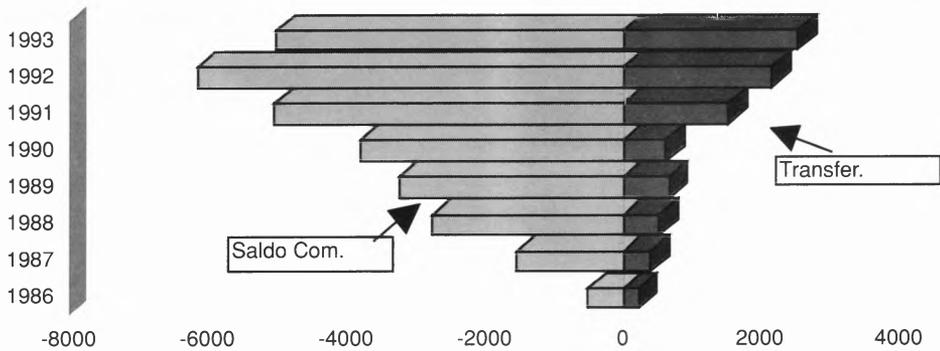
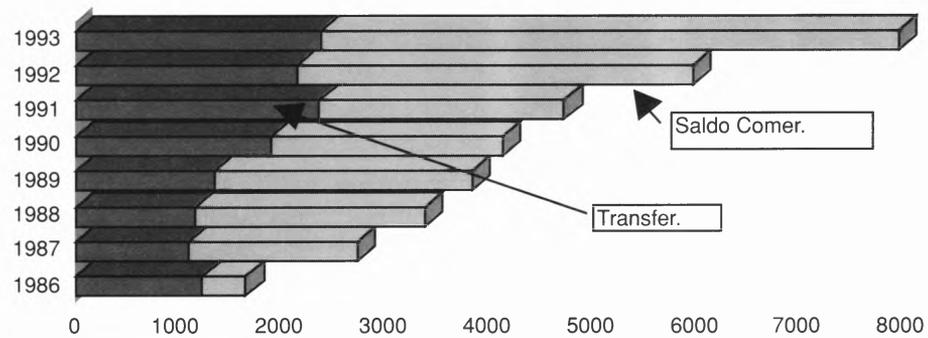


Gráfico 3

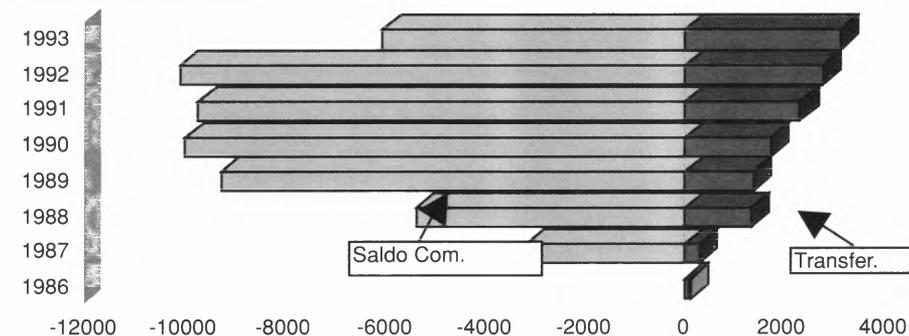
Portugal — Transferência e Saldo Comercial



Irlanda — Transferência e Saldo Comercial



Espanha — Transferência e Saldo Comercial





Grécia — Transferência e Saldo Comercial

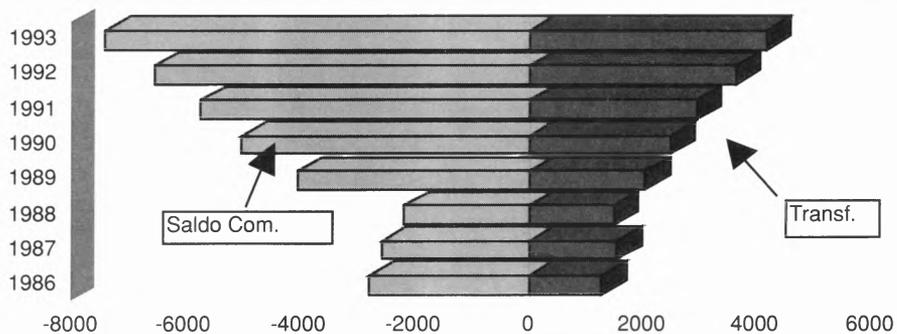
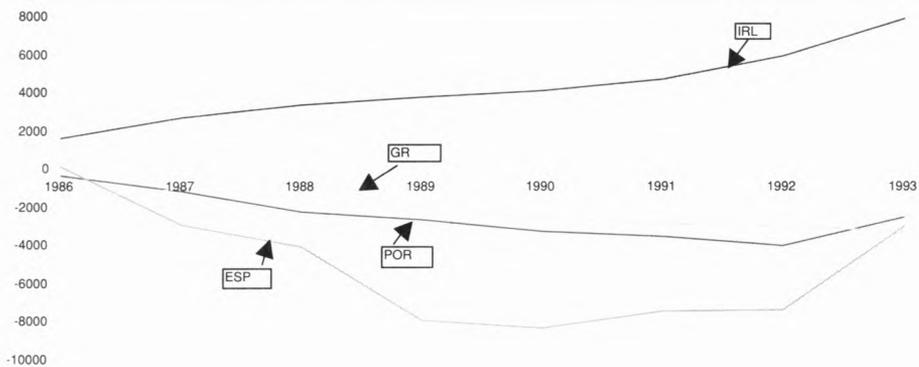


Gráfico 4 — Saldo entre as transferências e o Saldo Comercial



Referências Bibliográficas



Jornal Oficial das Comunidades Europeias, C 312 de 12/12/1989, C 324 de 13/12/1991, C 330 de 15/12/1992, C 309 de 16/11/1993, C 327 de 24/11/1994, C 326 de 6/12/1995.

Eurostat, *Estatísticas de Base da Comunidade*, 26ª, 27ª, 29ª, 30ª, 31ª, 32ª edições.

CCE (1992) *A Situação da Agricultura na Comunidade — Relatório 1991*, Bruxelas/Luxemburgo.

CCE (1994), *La situation de l'agriculture dans la Communauté — Rapport 1993*, Bruxelas/Luxemburgo.